

### **43º Encontro Anual da Anpocs**

SPG11 - Entraves político-econômicos ao desenvolvimento (e à Democracia) na América Latina e no Brasil

Investimentos Chineses na América Latina no século XXI: divisão internacional do trabalho e impactos locais  
Alexandre de Souza (PPGCS/UFRRJ)

## **Introdução**

De 2013 a 2017, a China foi uma das economias que mais cresceram no mundo apresentando uma média de aproximadamente 7% de crescimento real por ano. Nos anos 2000, segundo estimativas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a China crescia a uma taxa de 8,5% e representava cerca de 3,6% do PIB mundial, contribuindo, nesse período, com 0,3% pontos percentuais do crescimento mundial. Em 2010, a taxa de crescimento da economia chinesa foi de 10,6% com uma percentagem de 9,2% do PIB mundial. A partir de 2010, o país passou a contribuir com quase 1 ponto percentual ao ano à taxa de crescimento do PIB mundial. Em 2016, em termo de expansão o país alcançou a faixa de 40% e representou mais de 15% do PIB mundial (CEPAL, 2018, p. 14).

A partir dos anos 2000 a China se projeta para o mundo através da Política Going Global. Na segunda década do século XXI, o país lança uma ambiciosa Iniciativa, a Belt and Road, com o objetivo de conectar diferentes partes do mundo. Nos afastamos das perspectivas que creditam uma visão racional ao Estado chinês para interpretar todos esses mecanismos como a busca da China por um novo lugar no capitalismo mundial.

No âmbito das relações entre a China e a América Latina existem diversos mecanismos e plataformas. Entre eles, podemos citar o Fórum China-CELAC, o Fórum Belt and Road, a Política de Cooperação China-CELAC (2005-2019) e o Programa Especial de Empréstimo para o Projeto de Infraestrutura China-América Latina. Tais espaços e mecanismos são elementos dos esforços dos atores em institucionalizar espaços que possibilitem agendas e negociações que fortaleçam as relações entre o país asiático e o continente latino-americano.

Em linhas gerais, o nosso objetivo aqui é destrinchar alguns desses mecanismos com foco para os investimentos chineses e a atuação das multinacionais chinesas que administram os projetos destes investimentos. Dividi-se a análise em três seções: i) contextualização das relações; ii) divisão internacional do trabalho dos investimentos chineses; iii) atuação das multinacionais e tensionamentos na sociedade civil e iv) conclusão. Para a próxima seção, se pergunta quais mecanismos orientam a atuação chinesa na região e com quais objetivos.

## **As relações entre a China e a América Latina e o Caribe no século XXI**

De uma perspectiva que conecta o interno ao externo, a influência da China na América Latina se compreende a partir da dinâmica do contexto internacional. Algumas perspectivas apontam que o “sistema-mundo moderno” como gênese histórica do capitalismo não foi uma reificação do sistema anterior, mas uma continuidade, onde o protagonismo e a centralidade do Leste Asiático perduraram até 1800 e coexistiu com a ascensão do sistema-mundo europeu (WALLERSTEIN, 1974; RODRIGUES & MARTINS, 2017). Isso que possibilitou as grandes transformações econômicas do período da Revolução Industrial.

Nessa perspectiva, estruturas históricas, processos e eventos históricos são constitutivos de uma dinâmica do sistema-mundo. A partir desse debate, se compreende que a história a partir do continente europeu deve ser encarado como mais uma história, entre outras, em um processo específico que possibilita a coexistência de diversos sistemas, sendo o europeu somente mais um que está inserido nessa dinâmica. De acordo com Rodrigues e Martins (2017, p. 93), o essencial é “modificar a visão da história”, esvaziando a centralidade da concepção de mundo europeu e transformando-a em mais uma “história regional” com todas as contradições que permeiam seu processo. Sendo assim, no início do século XXI se inicia um “novo período” do sistema-mundo em uma fase sistêmica que tem como característica principal a centralização asiática.

As transformações estruturais do Estado chinês são resultantes das políticas governamentais que estão submetidas às orientações de Planos Quinquenais. Com relação aos investimentos externos, a China inicia a projeção de suas empresas através da estratégia “*going global*”. Em 2000, o país asiático passou a integrar a Organização Mundial do Comércio (OMC) e ascende no cenário internacional através de uma “coexistência pacífica” que reivindica o “multilateralismo” e o “respeito mútuo” entre os Estados.

Em 2008, estes princípios chineses aparecerem no “Documento de Política Pública para a América Latina e o Caribe” que apresentou “os objetivos da política chinesa nesta região” e “os princípios orientadores para a cooperação futura entre os dois lados”. No documento constam alguns direcionamentos sobre o papel desempenhado pela América Latina no mundo, a política chinesa resumindo os

seus objetivos para o continente e aspectos a serem fortalecidos na dimensão política e econômica.

No ano de 2014, a China volta à América Latina com o objetivo de institucionalizar o Fórum China-CELAC e a fórmula de ação 1+3+6, isto é, um plano, três motores e seis campos de ação. O “1” refere-se ao “Plano de Cooperação China e América latina (2005-2019)”. O “3” refere-se aos motores referem-se ao comércio, investimento e cooperação financeira (empréstimos chineses à região). O “6” refere-se às seis áreas prioritárias dessa cooperação pragmática: recursos naturais, infraestrutura, agricultura, manufatura, inovação e tecnologia.

Em 2016, a atualização desse mecanismo normativo e institucional impactou diretamente na reformulação das diretrizes. Estas apresentavam um tom mais sustentável e alinhado à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, embora tivesse eliminado qualquer possibilidade de renegociação das dívidas dos Estados latino-americanos com a China (FMPRC, 2016). Se tratam de marcos institucionais do sistema de assistência, cooperação, comércio e investimentos nas relações entre a China e a América Latina. A redefinição das diretrizes da política chinesa aconteceu no âmbito do Fórum China-CELAC, um espaço com relevância estratégica para a implementação dos objetivos do plano de ação chinês para a América Latina (VADELL, 2017).

Um levantamento da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL, 2018a) mostrou que em 2017 a China já havia cumprido com pouco mais da metade das metas relacionadas aos três motores dessa cooperação: o comércio, investimento e cooperação. Com relação ao comércio, o objetivo é acumular entre 2005-2019 um montante de 500 bilhões de dólares, sendo que em 2017, a China já havia cumprido 53% desta meta ao alcançar US\$ 266 bilhões. Segundo dados da Cepal, em termos de investimentos chineses para a América Latina a meta é de até 250 bilhões de dólares até 2025, onde em 2017 já tinha sido investidos US\$ 115 bilhões, ou seja, 46% da meta. Por último, em termos de cooperação financeira desde 2005, os bancos chineses<sup>1</sup> emprestaram cerca de US\$ 150 bilhões. No geral esse financiamento tem sido maior do que de outras

---

<sup>1</sup> Eximbank e o China Development Bank (CDB). Ver MYERS & GALLAGHER, 2019.

instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (MYERS & GALLAGHER, 2019).

Além destas iniciativas para com a região, é importante destacarmos a Iniciativa *Belt and Road* (BRI). Anunciada em 2013, pelo Presidente Xi Jinping, a BRI visa expandir o investimento estrangeiro da China, estabelecendo rotas terrestres (“Belt”/Cinturão) e rotas marítimas (“Road”/Caminho da Rota da Seda). Em 2017, oficiais do governo chinês e diplomatas passaram a se referir à América Latina como uma “extensão natural” da Rota da Seda Marítima e como uma “participante indispensável” na construção da BRI. A expressão “extensão natural” aparece primeiramente com o Presidente Xi Jinping, em 2017, no I Fórum Belt and Road; e, em 2018, foi ratificada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Wang Yi no âmbito da II Reunião Ministerial do Fórum China-CELAC, quando os países da ALC foram convidados formalmente para participar da Iniciativa.

**Mapa 1** – Países da América Latina e Caribe participantes da Belt and Road



Fonte: Elaborado pelo autor com base em várias fontes.

Em vermelho estão os países da região participantes da Iniciativa *Belt and Road*, por ordem alfabética: Antígua e Barbuda, Barbados, Bolívia, Chile, Costa Rica, Cuba, Dominica, EL Salvador, Equador, Granada, Guatemala, Guiana, Jamaica, Panamá, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

As maiores economias da região como o Brasil, o México e a Argentina se mostram reticentes quanto ao ingresso na Iniciativa. Com relação ao Paraguai, o país ainda mantém laços com Taiwan, o que dificulta uma aproximação chinesa com o país latino-americano. Desde 2005, dos US\$150 bilhões dos empréstimos chineses à ALC, US\$ 27 bilhões de dólares foram destinados aos projetos de infraestrutura, incluindo uma estrada na Costa Rica, uma ferrovia na Argentina e um porto em Trindade e Tobago. É difícil mensurar o impacto da BRI na região, uma vez que os empréstimos chineses para a ALC antecedem a Iniciativa.

Em termos de comércio, Rodrigues e Martins (2017, p. 102) mostra com base em dados que na última década a China triplicou a quota de exportação latino-americana, contudo, os setores da região que mais foram impactados nessa dimensão foi o de recursos extrativos e agrícolas. Embora haja esse aumento, a busca chinesa por bens manufaturados latino-americanos manteve-se constante, na faixa dos 2% das exportações do continente. É válido destacar que a maioria dos países da região possuem déficits comerciais com o país asiático. Segundo os autores, o padrão de comércio entre a China e a América Latina é marcado por uma relação assimétrica, composto por superávits em favor dos países latino-americanos em produtos primários e nas manufaturas intensivas de recursos naturais. Enquanto que esta relação produz crescentes déficits nos produtos manufaturados.

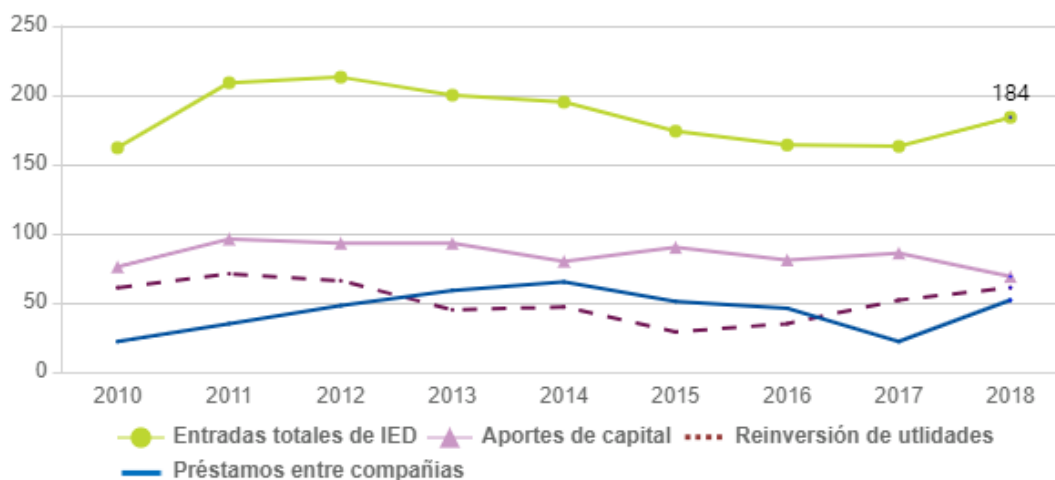
Não é o objetivo dessa síntese analisar profundamente o padrão de comércio estabelecido entre a China e a América Latina. Este é um dos três motores que conectam a região ao país. Também não vamos entrar detalhadamente na questão dos empréstimos chineses. O que há para ser dito é que a divisão internacional do trabalho prioriza os setores de infraestrutura e energia, tendo como os principais devedores são a Venezuela (US\$ 67 bilhões – 47% dos empréstimos), o Brasil (US\$ 27,3 bilhões) e o Equador (US\$ 9,4 bilhões). Cabe também destacar que entre os principais credores chineses há o China Development Bank e o Eximbank. O que nos interessa no marco normativo das relações entre a China e a América Latina são os investimentos chineses para região, um dos três motores da política do país asiático para o continente no século XXI. Esse é o tema da próxima seção.

## Os investimentos Chineses na América Latina e Caribe

Os investimentos estrangeiros globais encontram-se em seus níveis mais baixos desde 2009. Em 2018, de acordo com os dados da Conferência das Nações Unidas sobre comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), os fluxos globais de investimentos apresentaram uma queda de 13% (UNCTAD, 2019, p. 2). No ano de 2017 o estoque acumulado era de US\$ 1,5 trilhões de dólares comparado ao ano passado, cujo valor alcançou US\$ 1,3 trilhões. Em vigor desde 2016, esta tendência decrescente do fluxo globais de investimentos significa uma queda dos investimentos globais ao redor do mundo, com exceção da ALC.

Em contraste com esta tendência, as economias em desenvolvimento, sobretudo, o continente latino americano e caribenho seguiu uma direção contrária. Os dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) apontam que o investimento estrangeiro direto (IED) no contexto latino-americano e caribenho aumentou 13,2% em 2018, atingindo o valor de US\$ 184.287 milhões de dólares, graças aos maiores fluxos em direção à países como o Brasil e o México (CEPAL, 2019). Contudo, este aumento não consiste somente em um aumento na contribuição de capital ao continente, mas à maiores entradas de empréstimos entre empresas, conforme o **Gráfico 1**.

**Gráfico 1** - América Latina e Caribe: entradas de investimento direto estrangeiro, por componente, 2010-2018



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Disponível em <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/44697-la-inversion-extranjera-directa-america-latina-caribe-2019>>. Acesso em 23 de setembro de 2019.

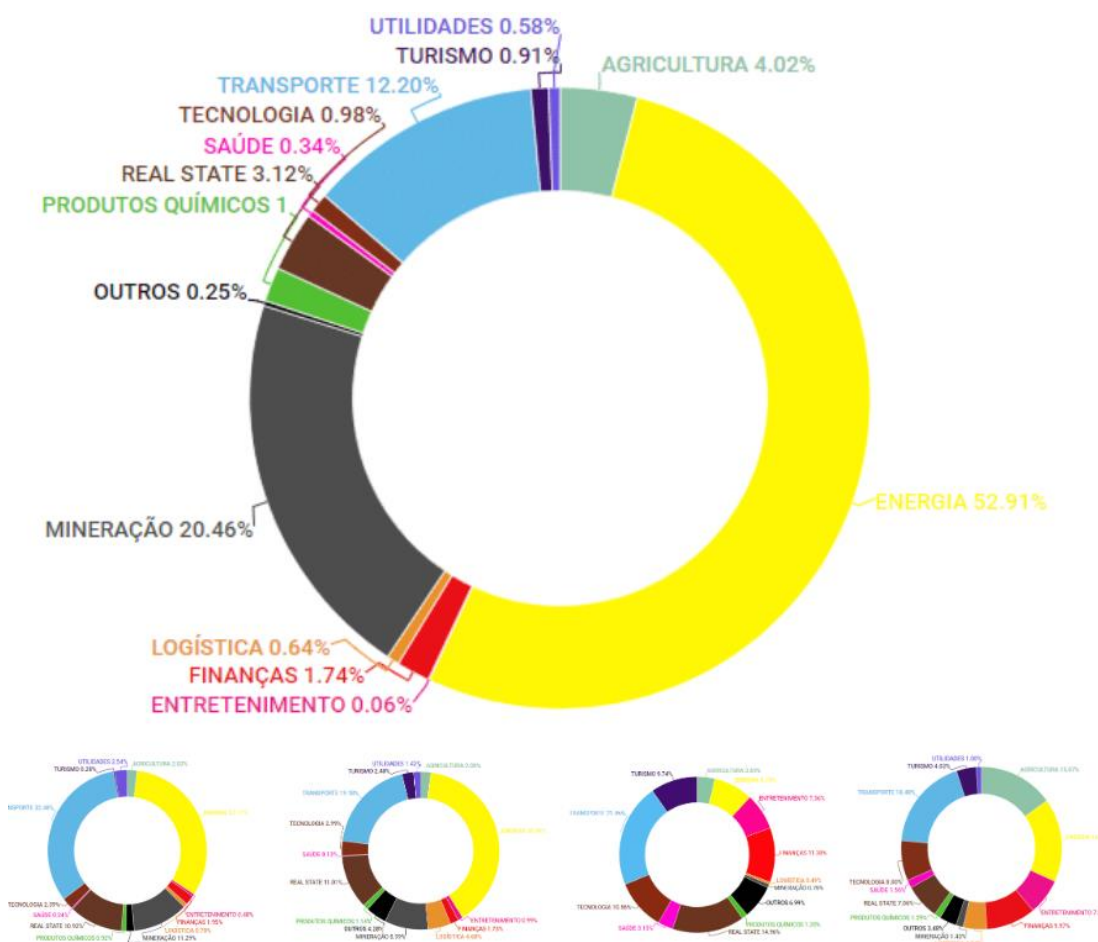
Em termos de fases do investimento chinês no continente latino-americano, podemos considerar três momentos que podem ser resumidos em i) 2000-2005, quando os investimentos chineses na região somaram apenas 15 transações; ii) entre 2006-2009 quando ocorreu uma rápida aceleração da presença chinesa na região através dos investimentos que acumularam no mesmo período US\$ 14.359 milhões de dólares e gerou mais de 32.000 empregos; iii) entre 2010 e 2016, o período com o maior dinamismo até agora, que acumulou quase US \$ 91 bilhões e gerou 247.840 empregos. Embora o número de empregos gerados seja expressivo houve uma desaceleração em 2018 acompanhada do declínio do investimento chinês na região (REDALC-CHINA, 2018, p. 3; idem, 2019, p. 4). É nesta quarta fase que se insere esta análise.

Conforme apontou a CEPAL (2018b, p. 51), a estratégia da saída de capitais da China iniciada há mais de dez anos se consolidou colocando o país como um ator mundial que se insere em setores cada vez mais sofisticados (infraestrutura e tecnologia) e participa ativamente das novas tendências da tecnologia, em particular, através de fusões e aquisições. Contudo, quando observamos essa característica no âmbito da América Latina, percebe-se, que o estoque dos investimentos chineses no setor de tecnologia é aproximadamente 1% frente aos 52% no setor de energia e 20% no setor de mineração (AEI, 2019).

O gráfico 2 aponta uma concentração setorial dos investimentos chineses nas áreas em desenvolvimento como a América Latina e o Caribe, a África Subsaariana e a região onde a China se situa geograficamente, o Leste Asiático. De acordo com os dados, o principal interesse chinês nessas regiões é no setor de energia, de mineração e no setor de transportes. Em comparação com as regiões em desenvolvimento, os investimentos chineses nas regiões desenvolvidas se mostram mais descentralizados setorialmente. Por exemplo, na Europa o estoque acumulado dos investimentos chineses está principalmente no setor de transportes (18%), de energia (16%) e no de agricultura (15%). Com relação aos EUA, essa composição se diferencia, uma vez que o principal setor é o de transporte (11%), seguido pelo setor imobiliário/real state (14%) e de finanças (21%). É preciso destacar que em termos de volume os principais fluxos dos investimentos globais chineses ainda são com destino à África Subsaariana e Europa com foco para o setor de transportes (AEI, 2019).



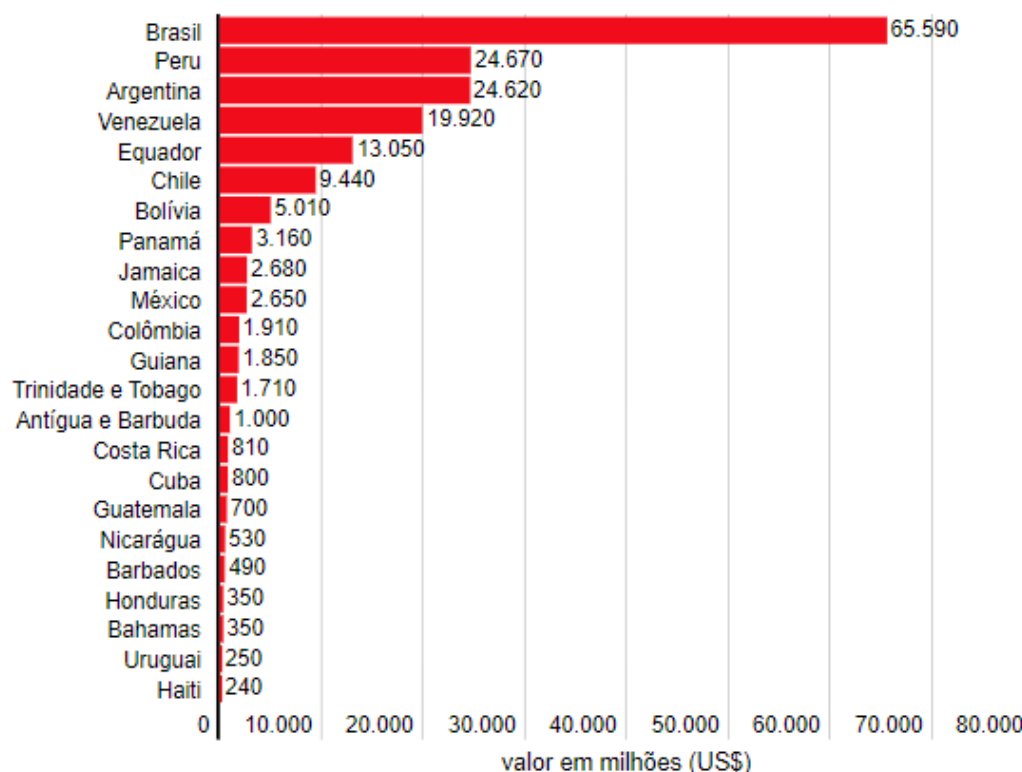
**Gráfico 2 - Composição setorial dos Investimentos Chineses na América Latina, África Subsaariana, Leste Asiático, Estados Unidos e Europa (2005-2018)**



Fonte: Elaborado pelo autor com base em HERITAGE FOUNDATION. *China Global Investment Tracker*. Washington: American Enterprise Institute, 2019. Para valores, consultar o Anexo I.

Esta divisão internacional do trabalho sob a égide dos investimentos globais chineses aprofunda uma regra histórica da condição dependente dos países latino-americanos. Em termos qualitativos, diversos estudos e perspectivas com as mais variadas metodologias e graus de detalhamentos comprovam que a relação entre a China e a América Latina possui características desiguais, tal como visto na dinâmica da divisão internacional do trabalho dos investimentos chineses na América Latina (CEPAL, 2018a; JAGUARIBE, 2018; GAO & WANG, 2018). Além disso, se segue o fato do Brasil como o principal exportador de energia e minérios da América Latina, se tornando o principal país receptor dos investimentos chineses, seguido pelo Peru, Argentina e Venezuela (CEBC, 2017; idem, 2019; AEI, 2019).

**Gráfico 3** - Estoque dos investimentos chineses na América Latina (2005-2018)



Fonte: Heritage Foundation. *China Global Investment Tracker*. American Enterprise Institute, 2019.

Com relação aos investimentos chineses, o discurso oficial do governo chinês expõe a necessidade de que as relações sino-latino americanas continuem sua expansão sob a base da complementariedade e do princípio ganha-ganha da política externa do país asiático. A reprodução desse padrão setorial nos investimentos chineses implica necessariamente na exploração de recursos naturais no território latino-americano, onde os investimentos chineses em manufaturas baseadas em recursos naturais têm como moeda de troca a importação dos produtos chineses manufaturados e de alto teor tecnológico (SLIPAK & GHIOTTO, 2019; CEPAL, 2018; idem, 2016; ALVAREZ, 2018; GONZALEZ-VICENTE, 2012). Nesse sentido, consideramos que a lógica que rege as relações entre a China e a América Latina consiste na segurança energética, isto é, nas necessidades internas do país asiático, no âmbito dos três motores do desenvolvimento (comércio, investimento e financiamento).

Em síntese, os dados mostraram que a demanda chinesa possui um interesse pelo setor de energia latino-americana, propondo uma integração com base no enfoque das vantagens comparativas básicas que aprofunda o papel tradicional da América Latina de fornecedor de insumos primários para as manufaturas (SLIPAK & GHIOTTO, 2019, p. 38; CEPAL, 2018b; GAO E WANG, 2018; JAGUARIBE, 2018). Embora as relações bilaterais da China com os países latino-americanos estejam orientadas sob a política dos três motores de investimento e o “ganha-ganha”, o perfil do IED reforça estruturalmente o lugar da América Latina como dependente no sistema internacional. Isto coloca um desafio aos analistas e aos formuladores de política externa em formas alternativas nas relações entre a China e a América Latina de forma que desafiem a heterogeneidade estrutural interna dos países que compõem a região.

### **Multinacionais chinesas na América Latina: perfil setorial e relações locais**

Como visto, os investimentos globais chineses na América Latina inicialmente priorizaram o setor de mineração, agora, desde 2011, está direcionado fortemente para o setor de energia. No marco das relações Sul-Sul, o investimento chinês no setor de energia se mostrou preponderante assim como o setor de transportes.

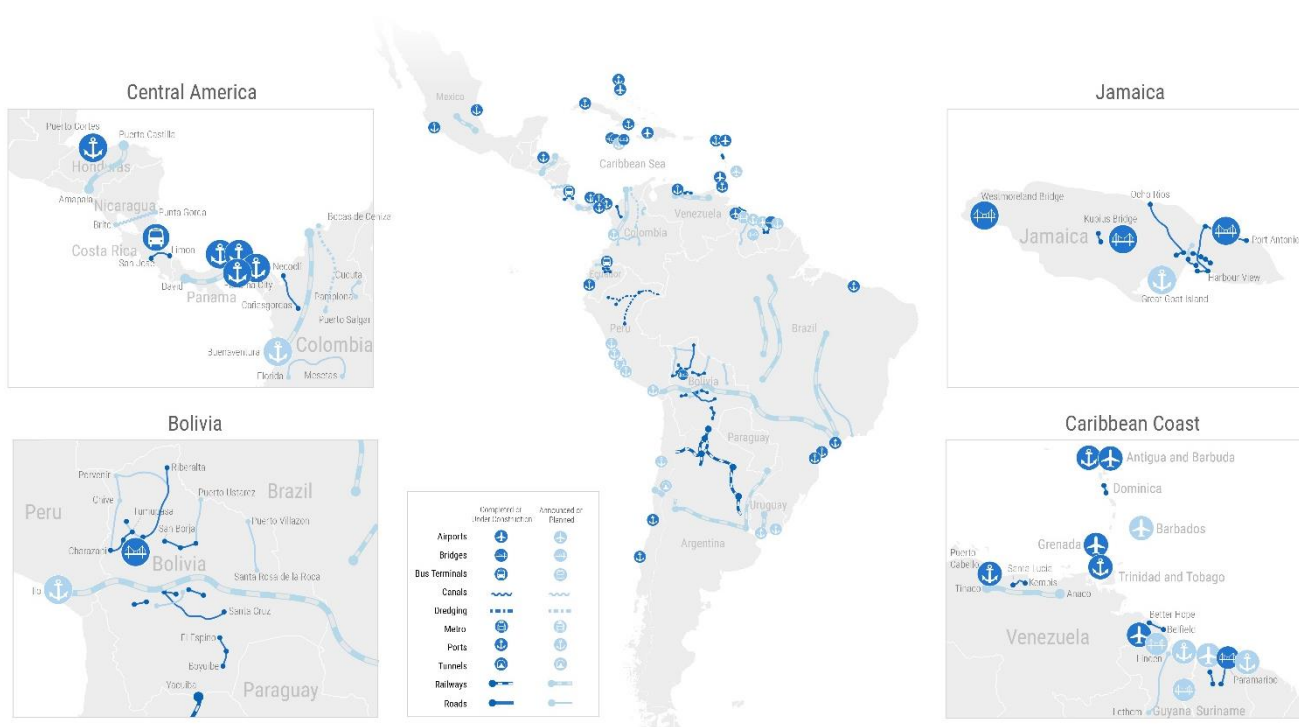
Conforme o gráfico 1, o principal setor que atrai o investimento chinês para a América Latina é o de energia. Entre as principais empresas, pode-se notar uma fatia de 21% para a Sinopec, seguida da State Grid Corporation of China (SGCC) com 20%, da China Three Gorges (CTG) com aproximadamente 12% e dos 11% da Corporação Nacional de Petróleo da China (CNPC). No Brasil, a SGCC e a CTG possuem juntas aproximadamente US\$ 20 bilhões em investimentos, isto é, são responsáveis pela administração de 36% dos projetos de investimentos chineses no setor de energia confirmados no país (CEBC, 2017b).

Por conseguinte, o setor de mineração é o segundo mais expressivo em termos de estoque dos investimentos chineses na América Latina e Caribe. Entre as cinco maiores, a Chinalco é a empresa do setor com 26%, responsável pelo maior volume de investimentos administrados na região. Depois vem a Chengdu Tianqi com aproximadamente 25%, seguida da Minmetals com 20% e da parceria entre a China Railway Construction e a China Nonferrous representando 15%, e,

por último, a Zhongrong Xida com 13%. Este último se trata de um projeto de uma mina de cobre de Mirador, no Equador, cujo projeto vem sendo desenvolvido sem consulta à comunidade local e sem um estudo sobre o seu impacto ambiental (LIÉVANO, 2019). Se trata da maior mina do Equador e um projeto estratégico do governo do presidente do país Lenín Moreno, eleito em 2017.

Entre os três maiores setores, o setor de transportes é o que tem maior concentração de empresas administrando os projetos de investimentos na região. Entre as dez maiores empresas multinacionais chinesas do setor de transporte que investiram na América Latina, a principal é a China Communications Construction com 28%. Ao considerar as cinco maiores, a multinacional chinesa alcançaria a marca dos 35% de capital investido na região. O maior projeto da empresa é a Quarta Ponte sobre o Canal do Panamá, somando US\$ 1,4 bilhões de dólares. As empresas de construção chinesas estão envolvidas em toda a região, mas com foco especial na Bolívia, Brasil e Jamaica, conforme o mapa 2.

**Mapa 2** - Desenvolvimento de infraestrutura de transporte chinesa na América Latina  
Projetos planejados e concluídos entre 2002-2018



Fonte: *The Dialogue*, 2018. Disponível em <<https://www.thedialogue.org/blogs/2018/11/chinas-transport-infrastructure-investment-in-lac-five-things-to-know/>>. Acesso em 23 de setembro de 2019.

Desde 2002, dos 150 projetos chineses na América Latina e Caribe cerca da metade estava em construção ou em andamento. Com o impulso da Iniciativa *Belt and Road* na região, de acordo com os dados utilizados pelo The Dialogue, 1/3 dos projetos estão ligados ao setor rodoviário. Estes dados também apontam que os investimentos chineses tem sido maior em acordos ligados ao setor portuário, com cerca de vinte projetos em andamento. Entre eles estão os dois terminais do porto de Santos no Brasil que foram adquiridos pela empresa de navegação chinesa COFCO em 2014 e 2015.

De acordo com o Monitor *de la OFDI China en América Latina y el Caribe*<sup>2</sup>, percebe-se que no período entre 2000-2018 as cinco primeiras que mais geraram empregos foram i) a China National Petroleum Corporation (CNPC), responsável por 7% do emprego gerado; ii) a State Grid que registrou no período uma porcentagem de 6,2%; iii) a China Merchants Port Holding (CMPorts) com 5%; iv) seguida pela HNA Group Co. com 4,1% e por último a v) China Communications Construction Company com 3%. Dentre essas, a SGCC foi a que registrou a maior porcentagem de IED com 9,9% seguida da CNPC com 3,8 % (RedALC-China, 2019, p. 9). As cinco primeiras do último biênio, 2017-2018, são empresas distintas, o que significa diversos atores chineses gerando empregos na região.

Além da concentração destes empregos, a dinâmica dos investimentos chineses tem impactos profundos no desenvolvimento nacional dos países a partir dos conflitos sociais, econômicos e trabalhistas. No Peru, existe o caso da mineradora Las Bambas<sup>3</sup>, responsável por 42% dos novos empregos gerados na região pela China. O projeto foi adquirido em 2012 por US\$ 7 bilhões e operacionalizado pela multinacional China Minmetals Group (MMG). Segundo Velásquez (2018), a entrada da China na OMC em 2001 configura um ponto de partida para avaliar como a integração do país asiático com o Peru provocou efeitos “negativos” e “duradouros” nos empregos gerados através dos investimentos chineses no país.

---

<sup>2</sup> Os dados disponíveis sobre os empregos gerados por IED chinês na região são informações elaboradas com base no que foi reportado pelos sites das empresas, bem como o que se anunciou no momento, sem fazer distinção entre ocupação do posto de trabalho permanente ou temporário.

<sup>3</sup> Não há resistência ao projeto, mas a demanda para que a avaliação de impacto social e ambiental seja atualizada. Disponível em <<https://dialogochino.net/6870-las-bambas-conflict-presents-ppk-with-a-huge-opportunity/>>. Acesso em 23 de setembro de 2019.

Da perspectiva de Gonzalez-Vicente (2012), a análise do IED chinês na região precisa questionar a “natureza apolítica dos mercados” para determinar quais os critérios que orientam tais investimentos na ALC. Em seu estudo, percebe que no contexto da mineração promovida pela China em países como o Peru e o Equador, os critérios chineses consistem em apresentar uma abordagem exclusivamente geoestratégica para a extração de recursos naturais.

As empresas chinesas operam com mais cautela em coalizões constituídas por atores que ressaltam o debate socioambiental. Não se trata de dizer que os governos nacionais devem reagir às oportunidades e restringir politicamente os investimentos estabelecidos pelo governo chinês, mas, trata-se de enfatizar a crescente integração das empresas chinesas no mercado capitalista internacional, no qual elas navegam seguindo as ideologias de mercado e as estratégias de desenvolvimento corporativo (GONZALEZ-VICENTE, 2012, p. 42). Neste caso, o argumento é que as empresas de mineração chinesas devem ser compreendidas como instituições voltadas para o mercado sob o imperativo do lucro e com possíveis impactos locais. Observa-se também que não há um padrão nessa dinâmica ou um setor em específico, o que há é um antagonismo entre as multinacionais chinesas, os governos nacionais e a comunidade local.

Nestes termos, os conflitos trabalhistas e os impactos ambientais (FIDH, 2018) são algumas das controvérsias que marcam os investimentos chineses para a região. De acordo com o Informe Regional (2018), essa relação entre a China investidora e a América Latina receptora se traduz no âmbito da sociedade civil em conflitos na Argentina, Bolívia, Brasil, Equador e Peru. Na lista contém conflitos em dezoito projetos, dos quais quinze estão localizados em territórios indígenas. Ao todo são sete projetos ligados à mineração, seis estão vinculados às empresas petrolíferas e cinco às de energia. Além da análise sob o impacto desenvolvida pela Federação e mais quinze ONG's, o final do documento traz uma série de recomendações ao país asiático nos marcos normativos do sistema internacional no tom da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A China acatou 284 das 346 recomendações feitas pelo relatório construído por organizações da sociedade civil<sup>4</sup>. Aproximadamente 20 recomendações apresentadas tinham relação com direitos humanos e ambientais, onde países como Equador e Peru entraram em diálogo e conseguiram compatibilizar padrões nacionais de direitos humanos e ambientais a esses mecanismos (KOOP & SOUTAR, 2019; SHUKUN, 2019).

A China molda as relações com a América Latina a partir das suas necessidades nacionais e estabelece formas distintas em suas relações bilaterais com os países da região. Splipak e Ghiotto (2019) consideraram a partir dos acordos bilaterais de investimentos como uma relação “*a-la-carta*”, podendo ser estendidas para a dinâmica dos empréstimos na região (SOUZA, 2019) e para a resposta da sociedade civil aos projetos dos investimentos chineses.

Neste sentido, não há um padrão nas relações bilaterais chinesas com os países latino-americanos, assim como não há um padrão dos conflitos que emergem a partir da inserção chinesa na região. Além disso, existem formas distintas de responder esses tensionamentos. Por exemplo, no Equador existe o fato que o projeto estratégico não teve uma consulta à comunidade local e um estudo aprofundado sobre os impactos ambientais. No Peru não se trata de uma reação local que se opõe ao projeto, mas de uma demanda de atualização do impacto social e ambiental e de uma reavaliação das práticas deste investimento chinês administrado pela China Minmetals Group (MMG).

No caso do Equador e da Bolívia, os projetos ligados ao setor de mineração corresponderam ao desalojamento de povos indígenas. O Informe Regional (FIDH, 2018) concluiu que os impactos causados pelas companhias chinesas na Argentina, na Bolívia, no Brasil, no Equador e no Peru não se trata de um fato isolado. Estas práticas representaram uma violação sistemática nas esferas dos direitos trabalhistas, ecológicos e culturais. Entretanto, a China reconheceu mais das metades das proposições e se comprometeu a direcionar os projetos dos seus investimentos na região em diálogo com as necessidades da sociedade civil equatoriana.

---

<sup>4</sup> Ver <<http://chinaambienteyderechos.lat/china-se-compromete-com-a-onu-a-respeitar-os-direitos-humanos-em-paises-que-recebem-seus-investimentos/>>. Acesso em 23 de setembro de 2019.

Em síntese, se observa que a China possui um desempenho global de destaque, entretanto, o país asiático tem o desafio no longo prazo de alinhar as práticas das suas empresas multinacionais que operam na América Latina à legislação ambiental e social dos países receptores dos seus investimentos. Esse esforço não rechaça o investimento chinês para o desenvolvimento da infraestrutura local, embora chame a atenção para os benefícios mútuos que podem ser gerados caso haja consulta sobre a implementação desses projetos às comunidades locais. Notou-se também que o problema não se trata somente de focar em projetos como resistência local, mas existe também projetos que não sofrem oposição, embora demande uma nova postura da atuação das multinacionais chinesas como no caso peruano.

O que se vê é uma articulação entre o governo chinês, o governo receptor e o setor privado com projetos contendo pouca ou nenhuma transparência. Além disso, em casos como o equatoriano não há participação dos setores organizados da sociedade civil às reivindicações como movimentos sociais ou grupos locais. A incorporação de um mecanismo institucional nas estruturas internas dos Estado com a presença dos diversos atores organizados da sociedade civil latino-americana com o objetivo de monitorar a dinâmica destes investimentos poderá trazer uma compreensão da totalidade desses mecanismos e traduzidos em formatos de políticas públicas.

## **Conclusão**

O presente ensaio buscou realizar uma análise dos investimentos chineses na região com base no instrumental teórico do sistema-mundo e nas metodologias desenvolvidas em estudos anteriores. Assim, se partiu da hipótese que estaríamos em um novo momento do sistema-mundo que tem como principal característica a ascensão asiática através do Estado chinês. A este debate, não coube qualificar se a China é ou não capitalista ou socialista, apenas evidenciar que a integração do país ao sistema capitalista internacional não alterou as regras do jogo da política internacional. Em nossa visão, a reorganização do sistema-mundo a partir da perspectiva chinesa coloca a América Latina frente aos novos e antigos dilemas estruturais que precisam ser enfrentados e um caminho possível é construir uma agenda a partir da sociedade civil de baixo para cima.



Quais as características dos investimentos globais chineses na América Latina? Durante o estudo ficou claro que a entrada da China na OMC em 2001 intensificou as suas relações com os países latino-americanos. A partir de 2008, a China institucionaliza os critérios que orientam a sua relação com os países da região. É nesse contexto que os investimentos do país asiático se dirigem à região com mais intensidade. Nesse marco, percebemos que os setores de energia, transporte e metais são os principais receptores latino-americanos dos investimentos. Tais investimentos não configuram um desafio ao status quo, mas uma adaptação, onde a China molda as suas relações com o continente a partir das suas necessidades nacionais.

Os investimentos em infraestrutura ainda não são suficientes para afirmar que esta relação desafia a heterogeneidade estrutural dos países latino-americanos. Além disso, outro fator que merece ser ressaltado é que há pouca informação oficial sobre os valores e o projeto de investimento. As informações aqui contidas são os dados produzidos a partir de organizações da sociedade civil.

Em quais as realidades nacionais/locais e territoriais que estes investimentos operam? A América Latina pode ser compreendida através da multiplicidade cultural presente na região. A estratégia chinesa de moldar suas relações de acordo com cada trajetória de desenvolvimento é um dos fatores para o aumento da sua influência no continente. Os investimentos chineses seguem a lógica da dimensão comercial e adaptam diferentes políticas que respondam aos distintos contextos dos países com o qual se negocia. Diferentemente dos EUA, cuja ajuda financeira acompanhava um amplo pacote de políticas, os empréstimos chineses à região muitas das vezes são quitados por meio de produtos como barris de petróleo. É o caso da Venezuela e do Equador que tem sido uma das fontes que supre a dependência chinesa de recursos naturais.

Além dessa particularidade, em países como Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Chile foram registradas impactos locais sob a direção desses projetos de investimentos que afetaram diretamente as populações locais. A China dispõe de diversos instrumentos normativos internacionais como o *Environmental Risk Management Initiative for China's Overseas Investment* lançado em 2017.

Embora haja esses mecanismos, não há uma legislação específica que garanta a aplicação dessas diretrizes. É preciso que o país asiático consiga criar mecanismos sociais e ambientais que acompanhem o desenvolvimento dos projetos na região.

Uma tendência é o aumento da presença chinesa na região a partir da promoção de projetos primário-extrativos que atendam a sua necessidade de segurança energética e o impulso de mais obras de infraestruturas com a Belt and Road. Partindo do continente latino-americano, existe a necessidade de se compreender a forma, o objetivo e as características dos seus vínculos com a China, para se adaptar aos efeitos contraditórios da ascensão do país asiático no continente.

É preciso ter em mente que alguns projetos de extração e infraestrutura são em parceria com outras empresas, contudo, quando algo falha a opinião pública geralmente responsabiliza o país asiático devido a construção de uma imagem ambiental fraca. Dito isso, importa reter que há uma contribuição chinesa para o crescimento regional, onde a variável está no tipo de projeto e em como ele é administrado. Não há, por exemplo, um padrão que configure os impactos somente daquele setor ou uma empresa específica chinesa.

Em última análise, conclui-se que seguir os rituais e protocolos legislativos não serão práticas suficientes que possibilite o desenvolvimento no longo prazo dos projetos de investimentos. Embora a sociedade civil peruana não tenha poder de veto, alguns atores já interromperam grandes projetos como trem bala no Chile do Consórcio Tren Valparaíso Santiago (TVS). A solução então é conectar não somente o interno ao externo, como o externo ao local, de forma que as comunidades locais compostas por cidadãos tenham benefícios concretos com esses projetos destes investimentos. Para absorver ao máximo esse potencial desenvolvimento das relações entre a China e a América Latina, atores como movimentos sociais, ONG's juntamente com os governos nacionais precisam aprofundar o estudo para determinar se os investimentos chineses e os projetos de infraestrutura atendem ao desenvolvimento. Isso somente será possível quando os atores da região conseguirem detalhar como a ascensão chinesa no continente fomentou concretamente o desenvolvimento socioeconômico da América Latina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AEI/HERITAGE FOUNDATION. *China Investment Dataset*. Disponível em <<http://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>>. Washington: American Enterprise Institute, 2019.
- ALVAREZ, Alonso. *An Overview of China-Latin America Economic Relations: Who are the Winners and Losers?*. Washington: TRT World Research Centre, 2018.
- BRASIL. DECRETO Nº 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004. CONVENÇÃO No 169 DA OIT SOBRE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS.
- Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). *Investimentos Chineses no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBC, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Investimentos Chineses no Brasil 2018 - O quadro brasileiro em perspectiva global*. Rio de Janeiro: CEBC - Julho, 2019.
- \_\_\_\_\_. “Perspectivas para a China no setor energético”. *Carta Brasil-China*. Edição 18, dezembro de 2017. 2017b.
- CEPAL. DISCURSO DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DA CEPAL NA OCASIÃO DA SEGUNDA REUNIÃO MINISTERIAL DA CHINA - FÓRUM CELAC. 2018a Disponível em <<https://www.cepal.org/en/speeches/second-ministerial-meeting-forum-china-celac>>. Acesso em setembro de 2019.
- CEPAL. *Explorando nuevos espacios de cooperación entre América Latina y el Caribe y China*. Santiago do Chile, 2018b.
- CEPAL. *La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe*. Santiago do Chile, 2019. Disponível em <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/44697-la-inversion-extranjera-directa-america-latina-caribe-2019>>. Acesso em setembro de 2019.
- FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. INFORME REGIONAL. Outubro de 2018, no. 72.
- FMPRC (2016). MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. *Documento de política da China para a América Latina e o Caribe*, 2016. Disponível em <[https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjdt\\_665385/2649\\_665393/t1418254\\_shtm1](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/t1418254_shtm1)>. Acesso em setembro de 2019.

GAO, Yuning & WANG, Quinzhen. "China's Global Investment: structure, route and performance". In: CEBC & Apex Brasil. *China: Direções Globais de Investimentos*, 2018.

GONZALEZ-VICENTE, Ruben. Mapping Chinese mining investment in Latin America: Politics or market?. *The China Quarterly*, 209, 2012, pp. 35-58.

JAGUARIBE, Anna. "Characteristics and Direction of China's Global Investment Drive". JAGUARIBE, Anna (org.). *Direction of Chinese global investments: implications for Brazil*. Brasília: FUNAG, 2018.

KOOP, Fomin & SOUTAR, Robert. China acknowledges Latin American human rights pleas. *Diálogo Chino*, 2019. Disponível em <<https://dialogochino.net/25431-china-acknowledgeslatin-american-human-rights-pleas/>>. Acesso em setembro de 2019.

MYERS, Margaret & GALLAGHER, Kevin. CAUTIOUS CAPITAL: CHINESE DEVELOPMENT FINANCE IN LAC, 2018. Washinston: The Dialogue, 2019. Disponível em <<https://www.thedialogue.org/analysis/cautious-capital-chinese-developmentfinance-in-lac-2018/>>. Acesso em setembro de 2019.

Red ALC-China. Red ALC-China. *Monitor de la OFDI de China en América Latina y el Caribe*. Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China (Red ALC-China) y Monitor de la OFDI de China en América Latina y el Caribe. México, 2018.

\_\_\_\_\_. *Monitor de la OFDI de China en América Latina y el Caribe*. Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China (Red ALC-China) y Monitor de la OFDI de China en América Latina y el Caribe. México, 2019. Disponível em <[http://www.redalc-china.org/monitor/images/pdfs/menuprincipal/DusselPeters\\_MonitorOFDI\\_2019\\_Esp.pdf](http://www.redalc-china.org/monitor/images/pdfs/menuprincipal/DusselPeters_MonitorOFDI_2019_Esp.pdf)>. Acesso em setembro de 2019.

RODRIGUES, Bernardo S. & MARTINS, Carlos Eduardo. A importância da América Latina para a recentralização asiática no sistema-mundo. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.24.2, 2017, pp. 86-113.

SLIPAK, Ariel & GHIOTTO, Luciana. America Latina en la nueva Ruta de la Seda. El rol de las inversiones chinas en la región en un contexto de disputa (inter) hegemónica. *Cuadernos del cel*, 2019. pp. 26-55.

SHUKUN, Zhao. UN praises China's progress in human rights. *China Daily*, 2019.

SOUZA, Alexandre. A política dos investimentos externos chineses no século XXI. In: Anais Eletrônicos do 7º Encontro Nacional da ABRI – Economia Política Internacional. Belo Horizonte: ABRI, 2019.

The Dialogue. *China's transport infrastructure investment in lac five things to know*. Washignton: Diálogo Interamericano, 2018. Disponível em <<https://www.thedialogue.org/blogs/2018/11/chinas-transport-infrastructure-investment-in-lac-five-things-to-know/>>. Acesso em setembro de 2019.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *World Investment Report 2019: Special Economic Zones*. United Nations: Geneva, 2019.

VADELL, Javier A. El Foro China-CELAC y el nuevo regionalismo para un mundo multipolar: desafíos para la Cooperación 'Sur-Sur'. *Carta Internacional*, 13(1), 2018, pp. 6-37.

WALLERSTEIN, Immanuel. The rise and future demise of the world capitalism-system: concepts for comparative analysis. *Comparative Studies in Society and History*, Volume 16, set. 1974, pp. 387-415.

**Anexo 1 – Distribuição setorial do estoque dos investimentos chineses por região, países selecionados sem a América do Norte - US\$ em milhões (2005-2019)**

<b>SETORES</b>	<b>ALC</b>	<b>ÁFRICA Subsaariana</b>	<b>Leste Asiático</b>	<b>EUA</b>	<b>EUROPA</b>
AGRICULTURA	7.300	6.070	5.750	7.590	59.180
ENERGIA	96.180	96.450	107.750	16.750	65.400
ENTRETENIMENTO	100	1.450	2.730	15.540	28.450
FINANÇAS	3.170	5.850	4.790	23.220	39.140
LOGÍSTICA	1.170	2.350	12.920	1.010	18.620
MINERAÇÃO	37.190	33.910	24.830	1.560	5.630
OUTROS	460	4.790	11.820	14.360	13.660
PRODUTOS QUÍMICOS	3.250	2.770	3.150	2.460	5.050
REAL STATE/IMOBILIÁRIO	5.670	32.800	30.430	30.740	27.710
SAÚDE	610	710	350	6.470	6.140
TECNOLOGIA	1.790	7.190	8.270	21.700	31.400
TRANSPORTE	22.170	97.540	52.990	44.100	72.550
TURISMO	1.660	830	6.620	20.010	15.810
UTILIDADES	1.060	7.620	3.920	0	3.930
<b>TOTAL</b>	<b>181.780</b>	<b>300.330</b>	<b>276.320</b>	<b>205.510</b>	<b>392.670</b>

Fonte: *China Global Investment Tracker*, 2019.